UMA ESTRATÉGIA PARA O BRASIL - O LUGAR DO BRASIL NO MUNDO

1-INTRODUÇÃO

2-A NOVA GEOPOLÍTICA GLOBAL E OS PAÍSES EMERGENTES

2.1A NOVA ECONOMIA

2-2 A NOVA ORDEM INTERNACIONAL

2.3. PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO E PAÍSES EMERGENTES

3-BRASIL, POTÊNCIA MÉDIA EMERGENTE

3.1. OBJETIVOS NACIONAIS

3.2. DESENVOLVIMENTO

3.3. SEGURANÇA

3.4 SETORES CRÍTICOS INTERNOS E PARA A INSERÇÃO EXTERNA

3.5. VULNERABILIDADES

4-O LUGAR DO BRASIL NO MUNDO

5-ESTRATÉGIA POR REGIÃO

5.1. AMÉRICA DO SUL E HEMISFÉRIO

5.2. ÁSIA

5.3. EUROPA

5.4. ÁFRICA

6-CONCLUSÃO

UMA ESTRATÉGIA PARA O BRASIL LUGAR DO BRASIL NO MUNDO

1. INTRODUÇÃO

A divisão política interna e a polarização de opiniões impedem que se discuta e, muito menos, que se forme consenso sobre um projeto nacional ou sobre a relevância do Brasil no mundo, suas prioridades e vulnerabilidades, com uma visão estratégica de médio e longo prazo. Essa circunstância, porém, não deve impedir que essa questão seja discutida pela sociedade civil.

O documento Uma Estratégia para o Brasil - Lugar do Brasil no Mundo cumpre essa função e não pretende esgotar todos os desafios colocados presentemente à nação, mas está vocacionado a identificar as principais questões, a definir os meios disponíveis para a ação do Estado (ativos mais relevantes) e apontar os objetivos que precisamos atingir no curto e no médio prazo. Uma estratégia desse tipo busca alcançar a realização de objetivos nacionais prioritários (a serem definidos como primeira etapa), por meio de uma adequada combinação de meios, ou recursos, para atingir as finalidades pretendidas. O essencial do esforço interno da nação brasileira precisa estar concentrado na economia e no social, bases indispensáveis a qualquer projeção externa do país.

O trabalho O Lugar do Brasil no mundo apresenta uma visão ampla das questões internas e externas e está complementado pelos documentos sobre a Política e Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa.

2. A NOVA GEOPOLÍTICA GLOBAL E OS PAÍSES EMERGENTES

2.1 A NOVA ECONOMIA

O liberalismo econômico que prevaleceu desde o fim da Grande Guerra, em 1945, está sendo gradualmente desfigurado por medias protecionistas.

A nova ordem econômica mostra que a eficiência na definição de políticas econômicas é substituída por objetivos de segurança, soberania e poder. O livre comércio está sob ataque com o esvaziamento e enfraquecimento da OMC, a negociação de acordos comerciais regionais (não bilaterais), a realocação das cadeias produtivas, o crescente número de restrições comerciais por razões políticas, pela busca de autossuficiência são algumas das mudanças. A globalização passa por importantes ajustes com a realocação das cadeias produtivas, pelo aumento dos subsídios, do custo transporte e pela desorganização mercado agrícola e energético. Considerações sobre meio ambiente e mudança de clima passaram a ter impacto sobre as negociações comerciais. O nacionalismo representado pelo fortalecimento das economias domésticas para conseguir uma autonomia soberana em áreas consideradas estratégicas e a definição de novas políticas industriais afetaram diretamente o liberalismo e o livre comércio, gerando tensões entre os EUA e a Europa, com impactos globais, em especial sobre os países em desenvolvimento. O populismo fortalece o intervencionismo protecionista. Surge a geoeconomia, onde considerações de poder, com base na segurança nacional, passaram a influir na aplicação de restrições comerciais como arma política, como as sanções, que incluíram, entre outras, a limitação dos semicondutores, a retirada de empresas chinesas da Bolsa de NY e o congelamento de reservas internacionais de terceiros países. Assim, a emergência da China e da Ásia como eixos de poder econômico, a disputa com os EUA, as guerras Rússia/Ucrânia e Israel/Hamas/Hesbollah, podem levar a uma nova Guerra Fria, em outras bases, com

divisão do mundo (Ocidente/Anti-Ocidente), não em função de disputa ideológica ou militar, mas econômica, tecnológica e comercial.

O enfraquecimento do multilateralismo, com a perda de relevância da OMC, deixa países como o Brasil sem proteção jurídica para o desrespeito das regras internacionais. As restrições às exportações brasileiras, sobretudo pela política ambiental em relação à Amazônia, assim como aquela em função da aprovação de nova regulamentação europeia de desmatamento, e as compensações sobre emissões de gás de efeito estufa devem ser acompanhadas e superadas.

2.2. A NOVA ORDEM INTERNACIONAL

A Ordem Internacional nos últimos tempos vem se caracterizando pela incerteza e insegurança. As transformações na economia global, a pandemia, as tensões entre os EUA e a China, a Guerra da Rússia na Ucrânia, a guerra entre Israel e o Hamas em Gaza e o novo regime na Síria estão afetando todos os países. Os ataques terroristas da organização militar Hamas a Israel e a invasão da Ucrânia pela Rússia trouxeram um elemento gravíssimo ao cenário global pelo impacto econômico e político que poderão acarretar, se a escalada dos conflitos não for contida podendo levar à ameaça de guerra nuclear, caso haja um ataque ao Irã.

O enfraquecimento do multilateralismo, o fortalecimento do nacionalismo, as preocupações com o meio ambiente e a mudança do clima, a geoeconomia e os avanços tecnológicos são algumas das facetas da nova ordem internacional.

A nova geopolítica tem contornos econômicos, sobretudo comerciais e tecnológicos, bastante diferentes da primeira Guerra Fria: a ascensão mercantil da China, sua plena capacitação para a quinta revolução industrial, ao lado do rebaixamento econômico da Rússia, introduzem um novo cenário para os países em desenvolvimento. Atualmente, a China é a primeira parceira comercial de mais de uma centena dos países em desenvolvimento e emergentes, entre eles o Brasil, desde 2009.

Desenha-se um novo cenário internacional, com o mundo dividido entre o Ocidente (EUA, EU, Japão, Austrália e outros países) e um movimento liderado pela China, tendo o BRICS ampliado como uma das vertentes.

2.3. PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO E PAÍSES EMERGENTES

A evolução econômica e política dos países em desenvolvimento tem sido extremamente desigual entre os continentes e sub-regiões: desempenho satisfatório na Ásia Pacífico, dinâmica desigual na Ásia do Sul, com exceção da Índia (que vem experimentando notável impulso modernizador), quase estagnação no Oriente Médio e na América Latina, e grande diversidade de situações na África, mas em todas essas zonas existem países que lograram progressos relativos ou, em contraste, suportam crises recorrentes, com aumento dos desequilíbrios estruturais, desigualdades sociais, criminalidade e rupturas políticas.

O baixo crescimento das democracias de mercado e o arrefecimento da expansão econômica chinesa nos anos recentes não têm oferecido as oportunidades esperadas para ajudar os países mais pobres a reduzir seus próprios entraves internos. A cooperação ao desenvolvimento tem encontrado obstáculos políticos, tanto no plano multilateral, quanto nas relações bilaterais, a despeito da existência de muitos fundos institucionais dotados de montantes apreciáveis de recursos para fins de investimentos diretos, infraestrutura ou projetos governamentais, sempre dependentes de bons projetos ou de um ambiente regulatório favorável a retornos adequados.

Os países em desenvolvimento não poderão contar com grandes esquemas consensuais patrocinando iniciativas ambiciosas no plano multilateral – na vertente

comercial, de assistência ao desenvolvimento ou outras –, mas terão de encontrar os seus próprios caminhos entre ofertas concorrentes de cooperação, como no âmbito da Nova Rota da Seda chinesa ou nos esquemas financeiros propostos pelos europeus ou americanos.

Na atual conjuntura, os países em desenvolvimento terão, mais do que em outros momentos, defender seus interesses e buscar aproveitar, da melhor maneira possível, as novas oportunidades criadas pelas transformações tecnológicas.

3. BRASIL, POTÊNCIA MÉDIA EMERGENTE

3.1. OBJETIVOS NACIONAIS

Definidos na constituição, os objetivos nacionais – soberania, desenvolvimento e segurança – devem ser buscados utilizando os meios e recursos disponíveis da forma mais eficiente possível.

A defesa da soberania nacional, a proteção do território, a preservação da independência e da integridade do Estado, devem ser vistos em conjunto com outros objetivos, como a promoção do desenvolvimento e a segurança interna e externa.

O Brasil é uma potência média com objetivo de se tornar um país plenamente desenvolvido, com crescente influência global. Suas prioridades devem levar em conta o ambiente internacional do qual extraímos recursos, know-how, tecnologia e investimentos para o desenvolvimento do país, mas os objetivos das políticas setoriais precisam ser nacionais.

Ao examinar os objetivos nacionais, é importante ressaltar as áreas em que o Brasil é uma potência global: política ambiental e mudança de clima, segurança alimentar e transição energética. Finalmente, ele também é uma potência cultural, sobretudo no campo da música, mas este é um setor do *soft power* brasileiro que poderá ser melhor explorado economicamente.

3.2 DESENVOLVIMENTO

Do ponto de vista do desenvolvimento, as preocupações centrais do Brasil atual são crescimento, aumento da renda, desenvolvimento social (combate à fome e à pobreza), educação, equilíbrio fiscal, desenvolvimento sustentável, preservação da Amazônia com o fim do desmatamento da floresta, transição energética, reformas estruturais, simplificação e desburocratização, nova política industrial, fortalecimento da defesa comercial, unilateralismo nas decisões dos países desenvolvidos no tocante às sanções econômicas e comerciais, liberdade de imprensa e desinformação, combate à violência e à corrupção.

As reformas estruturais aprovadas nos últimos anos (reforma trabalhista, da previdência social, tributária) e outras ainda a serem implementadas, como uma reforma política que reduza o número de partidos, introduza o voto distrital e fortaleça a estabilidade política, reindustrialização e uma reforma econômica verde. Essas reformas estão modernizando a economia, melhorando a produtividade e a competitividade e deverão aperfeiçoar o regime político. As novas formas de relacionamento institucional entre o Legislativo, o Judiciário e o Executivo geram desafios políticos que terão de ser enfrentados para permitir a superação da estagnação política no curto e médio prazo. Esse aperfeiçoamento passa pela virada de página da histórica interferência dos militares na política. A nova visão atividade das FFAA voltada para o crescente profissionalismo e afastamento do envolvimento político colocará fim a um período de mais de 130 anos de ameaças ao relacionamento entre civis e militares.

Junto com os EUA, e nas últimas décadas a China, o Brasil é um dos países que mais recebe investimentos externos, dada a dimensão de seu mercado interno e os vínculos já criados com investidores europeus e americanos nos últimos cem anos. Estabilidade política e econômica e segurança jurídica são fatores que contribuem para o Brasil manter uma forte atração de investimento externo.

Nos tempos atuais, desenvolvimento econômico poderá se beneficiar de políticas e medidas tomadas nas áreas de meio ambiente e mudança de clima, segurança alimentar e transição energética. Trata-se de áreas de atividade econômica e da política setorial mais prometedora para o atual e futuro processo de desenvolvimento sustentável do Brasil. A sustentabilidade é um requerimento indispensável para o pleno engajamento do país na agenda multilateral com crescente importância desde a conferência Rio-1992. A Amazônia, no contexto das políticas globais de meio ambiente e mudança de clima tornou-se um foco de atração global e entrou na agenda política e econômica nacionais. É parte importante da projeção da imagem do Brasil no mundo e o foco de atração de investimentos, através da elaboração de bons projetos no terreno dos diversos mercados de descarbonização das atividades produtivas, inclusive e principalmente nas florestas ainda em pé. O desmatamento vai continuar decrescendo gradualmente nos anos à frente, impondo desafios às promessas do Brasil para o horizonte 2030, mas a feitura de bons projetos nessa área é a nossa melhor credencial para enfrentar a vigilância dos ambientalistas daqui para a frente. Nossa grande contribuição para a consecução dos objetivos do Acordo de Paris de 2015 situa-se precisamente nessa área e é onde os esforços multiministeriais do governo devem se concentrar nos próximos anos.

Esta é a área na qual o Brasil não só poderá se destacar internacionalmente, como também tomar a iniciativa e liderar movimentos, esquemas e acordos consensuais dentro do conceito geral de sustentabilidade, em especial no âmbito das florestas tropicais e os seus recursos da biodiversidade. A condição não é tanto negociar novos acordos ou compromissos multilaterais, mas aplicar efetivamente o estoque atual de engajamentos nacionais em torno dos objetivos já assumidos no campo do aquecimento global, da proteção dos recursos naturais, da fauna e da flora, assim como na transição energética e combustíveis renováveis. Por outro lado, o próprio sucesso do agronegócio, especialmente na produção de carnes, apresenta ameaças à vertente ambiental e formação de gases de efeito estufa. Um adequado planejamento estratégico na área ambiental deve levar em conta todos esses fatores, além das perspectivas que o mercado de carbono oferece ao Brasil. Reafirmando os compromissos do Brasil com o meio ambiente e a transição energética, o desenvolvimento da exploração do petróleo na margem equatorial, a exemplo do que fazem outros países vizinhos, deverá ser levado adiante.

Segundo relatórios divulgados pela OCDE e pela FAO, Brasil e Estados Unidos serão os principais provedores de alimentos para os contingentes populacionais adicionais num mundo ainda expansão demográfica, os EUA sobretudo pela via da produtividade, o Brasil também por essa via, mas favoravelmente pela disponibilidade de terras agricultáveis (e para pecuária), sem avançar sobre a mata virgem e áreas preservadas.

Não há nenhum desdouro em ter a pauta exportadora novamente concentrada na exportação de produtos primários, sobretudo grãos e carnes. Trata-se de simples aproveitamento de nossas vantagens competitivas, sem descuidar de projetos de beneficiamento dessa produção na escala superior de adequação ao consumo direto a partir dessas exportações. O abastecimento do mundo é a nova marca mundial do Brasil, depois de ter sido o país do açúcar e do café, momentaneamente da mineração (onde

temos fortes concorrentes). Não se trata mais de atividade primária, mas sim um complexo industrial e de serviços totalmente engajado na pesquisa científica e no incremento tecnológico da produção. A segurança alimentar do mundo deve ser o grande objetivo do comércio exterior nacional.

O Brasil não possui, portanto, qualquer insegurança alimentar nacional, assim como, de maneira geral, o mundo em seu conjunto, a não ser pelos tradicionais problemas de renda, ou conflitos políticos e militares. Na verdade, o Brasil será, já é, o grande provedor alimentar do mundo no século XXI, com base em possibilidades intrínsecas e produtividade adquirida. No plano diplomático, o Brasil apresentou programas de combate à fome, geralmente com base no fornecimento importado, o que elude a origem do problema. A insegurança alimentar, de países geralmente muito pobres, advém da incapacidade produtiva, condições naturais desfavoráveis ou conflitos sociais, políticos ou militares, pontos focais de uma atuação diplomática eficiente por parte do Brasil.

Nossa matriz energética já é uma das mais limpas do mundo, mas caberia não esmorecer nos esforços de upgrade e de “catch-up” nas tecnologias prospectivas, pois outros países têm feito progressos significativos na produção de equipamentos e fontes de novos recursos energéticos renováveis. O hidrogênio verde tem sido objeto de atenção do setor privado e de projetos legislativos estimulando o seu uso, sobretudo como novo produto de exportação, ao lado do etanol. Nessa área, a segurança energética nacional não pode ser um modelo de introversão econômica, pois a integração energética regional também precisaria voltar a ser inserida nos projetos de harmonização regulatória nos esquemas de coordenação integracionista na América do Sul.

A transição energética justa - que inclua benefícios para a população mais carente e os povos nativos – deve continuar a ser um objetivo nacional.

Nos últimos anos, cresceu a importância nessa matriz dos combustíveis fósseis e usinas térmicas movidas a diesel, tanto pela abundância de novos campos off shore, quanto pelas insuficiências hidrográficas. Cabe ainda aproveitar as fontes de petróleo enquanto for politicamente possível, diplomaticamente aceitável. Mas as bases principais das energias limpas do futuro não estarão tanto baseadas nos recursos naturais, nos quais a primazia brasileira é imbatível, mas nos vetores criados a partir das inovações tecnológicas, que incidirão sobre a biomassa, a eólica e a solar, ou outras ainda em estágio exploratório. Etanol e hidrogênio verde representam grandes possibilidades em curso de desenvolvimento e devem integrar a segurança nacional nessa área.

3.3 SEGURANÇA INTERNA E EXTERNA

Ao lado das ameaças tradicionais (guerras, terrorismo), surgiram outros tipos de ameaças representadas por ações de organizações não governamentais, medidas protecionistas, limitações ao aproveitamento dos recursos minerais, sanções econômicas e financeiras, crimes cibernéticos.

Mais recentemente, ganharam importância questões relacionadas com a segurança interna, como atividades do crime organizado, o narcotráfico, a proteção das fronteiras, o tráfico de armas e de pessoas, corrupção, a emigração. As ameaças externas e internas estão na agenda prioritária e merecerão programas e políticas de médio e longo prazo para enfrentá-las.

Nesse contexto, caberia remodelar as FFAA em função das novas prioridades de segurança. A base industrial de defesa do Brasil deve ser fortalecida e estar associada à modernização das FFAA, com a criação, por exemplo, de uma base logística de defesa,

com vistas a aumentar sua capacidade de autossuficiência em defesa por meio de investimentos em tecnologia militar e industrial, como está sendo feito na construção de submarino nuclear. Com a crescente dependência de tecnologias digitais, a segurança cibernética surge com um elemento essencial da estratégia de segurança, com capacidade para proteger suas infraestruturas críticas, sistemas financeiros e dados governamentais

Alguns documentos como a Estratégia Nacional de Defesa, a Política Nacional de Defesa e o Livro Branco dessa mesma área, que vinculam esse conceito ao de desenvolvimento – ajudam a compor uma definição unificada dessa estratégia. O Brasil buscará aumentar sua capacidade de autossuficiência em defesa por meio de investimentos em tecnologia militar e industrial, como está sendo feito na construção de submarino nuclear e o desenvolvimento de uma indústria aeroespacial.

3.4. SETORES CRÍTICOS INTERNOS E PARA A INSERÇÃO EXTERNA

Os interesses internos estão concentrados na solução em tempo hábil dos seus mais importantes problemas, de natureza social, acima de tudo, mas que dependem de uma elevação da capacidade de resposta, por parte do Estado e da sociedade, o que exige uma revolução no campo da produtividade do capital humano. O conjunto dos desafios brasileiros constitui um volume amplo e diversificado de problemas internos (**educação, saúde, tecnologia, meio ambiente**), e estes são bem mais diversificados, do que a questão da produtividade e dos obstáculos associados que se apresentam para a elevação de sua taxa de crescimento. Qualquer processo de correção da trajetória até aqui seguida exigirá bem mais do que simples medidas de políticas setoriais nas áreas mais relevantes, em especial no que se refere ao capital humano e aos vetores de inovação tecnológica.

3.5. VULNERABILIDADES

As vulnerabilidades brasileiras não estão na baixa capacitação militar, para defesa ou projeção externa, ou na baixa competitividade de nossas indústrias – o que são evidências notórias –, mas todas nos terrenos sociais, da educação e, sobretudo, na baixa qualificação do capital humano, que deriva diretamente da qualidade do fator precedente.

Tais vulnerabilidades – visíveis e registradas nos rankings comparativos oferecidos por entidades internacionais e think tanks respeitados – não são apenas o resultado do histórico descolamento do Brasil com o mundo, mas o acúmulo gradativo de deficiências estruturais nunca corrigidas, inclusive pela baixa percepção dessas elites quanto à gravidade das causas determinantes das deficiências propriamente internas.

Os traços econômicos mais relevantes do Brasil contemporâneo, pelo lado das limitações percebidas, poderiam ser assim resumidos: Baixa capacidade tecnológica de transformação. Mercado interno ainda de baixa renda. Envelhecimento rápido da população. Altos custos previdenciários e de gastos com saúde. Sistema político disfuncional pela fragmentação partidária. Aumento da delinquência e de organizações criminosas. Gastos públicos elevados, baixa produtividade devido a má educação da massa. Burocracia estatal predatória. Atraso na incorporação e aproveitamento da Inteligência Artificial e 5 G. Essas limitações, no setor externo, são representadas por políticas setoriais industrial e comercial incompatíveis com o aumento da oferta externa. Baixo coeficiente de abertura externa. Poupança interna insuficiente. Oferta externa de baixo valor agregado. Baixa produtividade. Inserção reativa a globalização. Baixa competitividade externa. Concentração de mercados e produtos no comércio exterior.

O Brasil é um grande ofertante de produtos que correspondem à sua matriz secular de economia extrativa e de base agrícola, mas tem enormes dificuldades para se inserir nos mercados de produtos de maior valor agregado, como os da eletrônica avançada, os da química fina e, de forma geral, produtos intangíveis, ou da inteligência. São poucas as exceções a esse quadro, e elas se situam na exploração de petróleo em altas profundidades, por uma empresa estatal, a Petrobras (mas aberta a contratos com fornecedores privados), e na indústria aeroespacial, com o único exemplo da Embraer (uma ex-estatal, privatizada e aberta totalmente à integração produtiva com quaisquer companhias estrangeiras). O setor financeiro também é moderno e funcional, embora muito protegido e altamente concentrado, agora sofrendo a concorrência dos bancos digitais.

O programa Nova Política Industrial Brasil, com metas definidas e acompanhamento de suas políticas, deverá até 2033 estimular a modernização do setor industrial e torná-lo mais competitivo para permitir maior participação dos produtos manufaturados brasileiros no mercado externo.

4. O LUGAR DO BRASIL NO MUNDO

Como uma das dez maiores economias do mundo, um plano decenal representará um conjunto de ações concretas e de prioridades para o curto, médio e longo prazo, para a consolidação do lugar do Brasil no mundo como uma potência média regional e um ator relevante em questões globais (ambientais, econômicas, diplomáticas).

As profundas transformações econômicas e da ordem internacional tornam urgentes essas definições. O Itamaraty deverá ser revigorado e fortalecido, como o principal assessor presidencial na área externa, com vistas à atualização da agenda brasileiras nas instituições multilaterais, desgastadas nos últimos anos, à restauração da credibilidade e à melhora da percepção externa. A reforma dos organismos multilaterais, em especial do Conselho de Segurança da ONU, o fortalecimento da OMC, a definição de políticas para o BRICS ampliado, para a entrada na OCDE e para reduzir as vulnerabilidades externas, expostas, depois da pandemia e da guerra da Ucrânia, como no caso da Defesa, pela dependência externa brasileira dos equipamentos bélicos da OTAN serão algumas das prioridades. A posição de independência em relação as tensões entre os EUA e a China deve ser mantida acima de ideologia ou interesses partidários. Nas negociações comerciais, terão de ser intensificados entendimentos com o objetivo ampliar o número de acordos comerciais em especial para a ratificação do acordo do Mercosul com a EU com a meta de alcançar US\$ 1 trilhão no comércio exterior nos próximos quatro anos.

A política ambiental e mudança de clima, a segurança alimentar e a transição energética justa serão temas prioritários que merecerão um planejamento estratégico de médio e longo prazo pela importância da sustentabilidade, no contexto da mudança de clima, para a incorporação de avanços tecnológicos, para a atração de investimentos produtivos e para a expansão do comércio exterior.

O Brasil aspira ter um papel de liderança nos temas que considera prioritários para a segurança global. Sem excedente de poder, torna-se mais urgente uma visão clara sobre qual deve ser o lugar do Brasil no mundo, quais os objetivos nacionais nas áreas em que tem poder específico e como o país pode contribuir para alcançar a redução das desigualdades em todos os aspectos.

A capacidade do Brasil para cumprir um papel relevante no campo da paz e da segurança internacionais terá de ser ampliada. Apesar de constituir um grande território e uma grande economia no quadro regional sul-americano, o Brasil está longe

de determinar as principais orientações políticas ou econômicas que poderiam ser adotadas pelos demais países da região ou um ator capaz de impor um quadro geopolítico determinado, com base em suas capacitações primárias no campo militar, para dentro ou para fora da região.

O Brasil e a América do Sul – a única região do planeta em que o país pode atuar de forma relevante e desempenhar um papel de liderança – constituem “polos de poder” relativos do ponto de vista da geopolítica mundial. O continente é um grande fornecedor de matérias primas e de energia para o resto do mundo, um papel que, teoricamente, pode ser exercido em caráter substitutivo por diversas outras regiões. O Brasil poderia aproveitar o que há de exclusivo ao país e à América do Sul, suscetível de afetar os grandes equilíbrios planetários, em campos relevantes da geopolítica ou da geoeconomia do mundo.

5. ESTRATÉGIA POR REGIÃO

Da meia centena de Estados fundadores da ONU às duas centenas de entes nacionais existentes atualmente – sem esquecer os nacionalismos regionais em vários desses Estados –, não há como manter uma política externa uniforme para todos eles, e sim medir as possibilidades externas em função de uma diplomacia suficientemente preparada para trabalhar com tamanha diversidade de situações e de variações temporárias em função de políticas cambiantes.

5.1. AMÉRICA DO SUL E HEMISFÉRIO

São a nossa circunstância, embora não a fatalidade, mas cabe reconhecer a necessidade, como fez Rio Branco, da importância de se manter relações as mais estreitas possíveis com todos os nossos vizinhos, o que nem sempre é fácil, dado o caráter da política em vários deles, inclusive no próprio Brasil, e da diversidade ideológica. É a prioridade natural da política externa e a que requer uma abertura e compreensão às peculiaridades regionais: recomenda-se apenas isto, maior abertura, justamente, eventualmente até unilateral, o que pode ser absorvido pela maior economia da América do Sul, nosso terreno preferencial de atuação diplomática.

Liderança regional é um conceito difícil do ponto de vista diplomático, pois que desperta reações negativas entre vizinhos e outros países médios. Liderança não se proclama, mas é adquirida, e reconhecida, naturalmente, como realidade econômica e diplomática, ao longo de uma trajetória de cooperação desinteressada e generosa. Ela depende que o Brasil se abra, de forma unilateral, e sem esperar contrapartidas, aos vizinhos regionais da América do Sul, que são nossa circunstância incontornável.

Como o país economicamente mais avançado e competitivo do continente – com fortes diferenças setoriais em alguns ramos produtivos –, o Brasil tem condições de abrir seus mercados aos demais vizinhos, sem temer desindustrialização ou impactos internos decisivos. Para tal objetivo, caberia tornar o Mercosul compatível com o propósito mais amplo da abertura econômica, condição essencial para nossa própria modernização produtiva.

O Brasil procurará desenvolver um projeto de colaboração com os países da região para fortalecer a democracia e os direitos humanos, para melhorar a integração física (ferroviária, rodoviária e hidroviária), para proteger o meio ambiente na Amazonia e para combater a violência e o crime organizado que ameaça a governabilidade de muitos países latino-americanos.

5.2. ÁSIA

A mais pujante e dinâmica região da economia mundial desde agora e no futuro previsível não substituirá o mundo norte-atlântico em termos de ciência, tecnologia e inovações no horizonte previsível. Cabe organizar a presença brasileira com tanta atenção quanto fizemos no passado em relação à Europa. Em termos econômicos é certamente uma das prioridades, ainda que não nos valores e princípios da governança global. O Brasil é um país ocidental, mas a partir dos últimos 15 anos, passou a depender fortemente do mercado asiático para commodities agrícolas, minerais e energéticas. O que coloca grandes desafios geopolíticos para a política externa brasileira. A aproximação com a ASEAN tornou-se importante e o esforço para ampliar os acordos comerciais com a região poderá facilitar a abertura de novos mercados para os produtos brasileiros.

5.3. EUROPA

A base de nossa cultura e afinidades emotivas, ainda é uma fonte de inspiração para políticas sociais e educativas mais conforme o chamado espírito nacional. Também foi a mais importante base de nossa modernização econômica e social nos últimos dois séculos, com a qual devemos preservar e ampliar as mais estreitas das nossas afinidades políticas e culturais. A rejeição da chamada ordem global de Bretton Woods, que é essencialmente americana, também implicaria o afastamento com o mundo europeu da atualidade, preservado justamente por essa aderência a uma construção relevante em termos de valores e princípios, em termos de certo retorno ao autoritarismo de épocas passadas. Terceiro mercado para os produtos brasileiros, a cooperação política, econômica e comercial poderá ser ampliada com a assinatura do acordo cooperação e comércio entre o Mercosul e a União Europeia e com a Área de Livre Comércio de Europa. (EFTA)

5.4. ÁFRICA

Emotivamente relevante pela importação involuntária de milhões de antecessores, cabe valorizar pelas oportunidades futuras de crescimento e de intercâmbios positivos para ambos os lados, não necessariamente por uma suposta dívida histórica, que não se sustenta apenas por si, em virtude de outras importantes aquisições demográficas na sequência da construção da nação. Faz parte do entorno geográfico mais próximo. Cabe refletir adequadamente no perfil da diplomacia regional, com vistas a identificar possibilidades de cooperação e de expansão do intercâmbio bilateral com os países africanos. A possibilidade de maior aproximação comercial e de cooperação deverá ser explorada com a negociação de acordo de livre comércio e a ampliação dos acordos de cooperação e assistência técnica.

6. CONCLUSÃO

Uma estratégia nacional de segurança é um empreendimento coletivo a ser construído com aportes das elites econômicas e políticas, com os tecnocratas do *policy making*, em especial os diplomatas, num saudável intercâmbio com nossos parceiros externos mais chegados em termos de valores e princípios, sem grandes ilusões quanto aos interesses dos grandes impérios, sempre exclusivistas. Trata-se de um trabalho constante de montagem e correção de prioridades, não um *blue print* de soluções acabadas e determinativas. Ela deve partir da modéstia de nossas possibilidades intrínsecas, da insuficiência de nossos *assets*, e afastar-se da miragem da originalidade nacional tendente a buscar autonomia em todos os vetores de afirmação econômica e diplomática.

O interesse nacional está na busca de soluções que resultaram das experiências práticas de nações hoje em grau razoável de desenvolvimento econômico, social e político, claramente identificadas nos indicadores de IDH e nos rankings de desempenho setorial propensos ao progresso de seus povos. A originalidade consiste mais na adaptação dessas soluções às peculiaridades nacionais do que na busca incessante de um modelo exclusivamente nacional, embora essa seja a tendência inevitável. Partidos são entidades de direito privado, assim como ideologias são múltiplas e contraditórias. Em função disso, em vista da grande divisão existente na sociedade brasileira, como ocorre em muitas partes do mundo, seria difícil um documento sobre estratégia nacional ser desenvolvida com isenção e objetividade por partidos políticos.

Na atual conjuntura, a estratégia nacional pode ser vista no contexto de projetos nacionais internos e externos. Ela se apresenta com uma visão de futuro e deve mirar no que é o ideal, embora os meios não estejam imediatamente disponíveis. Realista, ela deverá ser construída com vistas aos requerimentos da maioria. As disputas políticas puramente partidárias tornam difíceis esse ideal, daí a necessidade de ampliar o trabalho com entidades sociais que convirjam quanto aos objetivos últimos do país.

O Brasil busca consolidar seu lugar no mundo como uma potência média regional, como um ator relevante em questões globais (ambientais, econômicas, diplomáticas) e ao mesmo tempo garantir que sua soberania e integridade territorial estejam protegidas. O país equilibra sua defesa militar com políticas de diplomacia e cooperação internacional, sempre atento aos desafios regionais e globais que afetam sua segurança nacional. Para preservar sua independência e equidistância, sua ação externa deve ser mantida sem influência ideológica e sem alinhamentos automáticos com países ou grupo de países.